

**BRASIL**

**Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família  
Paranaense  
(BR-L1372)**

**RELATÓRIO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – RGAS**

## **SUMÁRIO**

<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>II. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA.....</b>	<b>3</b>
<b>III. STATUS DA CONFORMIDADE LEGAL E INSTITUCIONAL.....</b>	<b>5</b>
<b>IV. CARACTERIZAÇÃO DAS OBRAS E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....</b>	<b>7</b>
<b>V. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS).....</b>	<b>10</b>
<b>VI. REQUERIMENTOS A SEREM INCLUÍDOS EM ACORDOS LEGAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>ANEXO 1 - CENÁRIO AMBIENTAL E SOCIAL DOS TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA.....</b>	<b>19</b>
<b>ANEXO 2 - VISTAS AÉREAS DOS POLÍGONOS SELECIONADOS PARA OBRAS DE REGULARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO 3 - MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (AIA).....</b>	<b>29</b>

## **I. INTRODUÇÃO**

- 1.1. O objetivo deste relatório é analisar a viabilidade ambiental e social do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense preparado pelo Governo do Estado do Paraná. Esta análise está baseada nos documentos: (i) Relatório de Avaliação Ambiental – RAA, elaborado para cumprir com a política de meio ambiente e salvaguardas do Banco e com a legislação ambiental vigente; e (ii) estudos/documentos técnicos produzidos durante a preparação do Programa.
- 1.2. No estudo ambiental foram analisados, sobretudo, os principais impactos relacionados às obras e às operações do Componente II - Melhoramento Integrado de Bairros.
- 1.3. Além do financiamento da infraestrutura o Programa inclui a Promoção da Autonomia das Famílias em Situação de Vulnerabilidade (através da elaboração e implementação de um plano de inclusão social e de garantia de serviços para atender famílias altamente vulneráveis em municípios considerados prioritários) e o Fortalecimento Institucional (serie de ações destinadas a acompanhar e fortalecer a implementação, a nível municipal, dos componentes anteriores).

## **II. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

- 2.1. O Estado do Paraná, localizado no sudeste do Brasil, tem uma população de 10.439.601 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Embora este seja um dos estados com melhores indicadores sociais do país, cerca de 306.638 pessoas ainda vivem abaixo da linha de pobreza, sendo que muitas famílias vivem com menos de R\$ 70,00 por mês. O critério do Governo Federal para identificar as famílias vulneráveis é de meio salário mínimo por pessoa por mês (R\$ 311,00/pessoa/mês), estima-se que há 975.685 famílias no Paraná nesta condição.
- 2.2. O Paraná teve um desempenho muito positivo na redução da pobreza na última década. Entre 2001 e 2009, o número de famílias que vivem com uma renda de R\$ 70,00 per capita por mês caiu 7,1% para 2,3%. Este declínio foi maior do que a média para o Brasil e os Estados do sul da região no mesmo período. Houve também uma redução da taxa de desemprego, que passou de 7,5% para 6%, e a mortalidade infantil caiu de 17,5-para 13,2 por mil nascidos viver (2001-2007).
- 2.3. Apesar desses avanços, Paraná ainda tem núcleos de pobreza estrutural, que parecem não terem sido beneficiados pelas políticas sociais e de transferência de renda implementadas nos últimos anos. O Estado apresenta dezenas de municípios, onde é possível encontrar famílias vulneráveis morando em assentamentos precários, que representam uma taxa de pobreza de 40% (IBGE, 2010), bem acima dos 18,4% em média do Paraná.
- 2.4. A pobreza e a vulnerabilidade no Paraná estão diretamente ligadas à habitação de interesse social. O Plano Estadual de Habitação de Interesse social do Estado (PEHIS) constatou que 204.635 casas estão localizadas em assentamentos precários, legalmente irregulares por, via de regra, se situarem em áreas de APP (Áreas de Proteção Ambiental), em áreas vulneráveis a inundações, deslizamentos de terra ou em risco de contaminação pela água. A maior parte está em favelas na área urbana, enquanto o restante está espalhado em áreas rurais, principalmente no Centro-Sul e Sudeste do Estado.
- 2.5. O Programa considera vulnerabilidade e risco como determinados por diversos fatores decorrentes de condições urbanístico-ambientais e socioeconômicas – o local de

moradia, o ciclo de vida, o grau de escolaridade, entre outros -, que favorecem a exclusão e comprometem as condições atuais e futuras das famílias, na satisfação das suas necessidades, e interferem na sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se destas situações.

2.6. **Cenário Ambiental e Social.** No Anexo I são apresentadas informações sobre o cenário ambiental e social dos territórios de abrangência do Programa considerando dois aspectos: (i) a seleção dos municípios participantes do Programa (cenário regional ambiental e social); e (ii) o cenário ambiental e social nas áreas (favelas) de intervenção de melhoramento de bairros e o cronograma previsto.

2.7. **Objetivo Geral do Programa.** O Programa Família Paranaense tem por objetivo articular ações de diversas políticas públicas e os respectivos órgãos executores estaduais e municipais (17 secretarias e companhias estaduais) para promover melhor atendimento às famílias mais vulneráveis socialmente do Estado, na perspectiva do aumento da qualidade de vida a partir da autonomia e do acesso aos direitos e serviços públicos.

2.8. **Componentes do Programa.** O Programa está estruturado em componentes: I. Promoção da autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade; II. Melhoramento Integrado de Bairros - Sub-componente III de Melhoramento de Bairros e Sub-componente II2 de Infraestrutura de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); e III. Fortalecimento Institucional. Um quarto aspecto componente é o da Administração do Programa.

2.9. **Componente I. Promoção da autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade.** O objetivo deste componente é assistir 22.000 famílias altamente vulneráveis que habitam nos municípios priorizados, mediante uma estratégia de abordagem que torne possível a identificação de problemas e necessidades e proponha alternativas para a sua superação, em um processo de conexão progressiva com as redes de serviços existentes nos territórios e um esquema de acompanhamento que permita monitorar avanços e resultados na modificação das condições de vida das famílias atendidas. As famílias que aderirem ao Programa deverão acordar um plano no qual se estabelecerão uma série de ações mútuas que gerarão condições para que a família saia da pobreza extrema. Para o sucesso destes objetivos, o componente financiará a contratação de técnicos para reforçar a capacidade de atenção nos equipamentos ao nível local, assim como ações relacionadas com as áreas de saúde, educação, trabalho e transferência de renda para os beneficiários. Os técnicos do Programa se encarregarão da formulação e execução de um plano de inclusão social e de garantia de serviços (Plano de Ação Intersetorial da Família). Os Comitês Locais, estrutura básica de gestão a nível descentralizado que permitirá vincular os distintos serviços com os órgãos estaduais e municipais respectivos, coordenará com as secretarias municipais o acesso prioritário para os beneficiários a programas e serviços.

2.10. **Componente II. Melhoramento Integrado de Bairros.** O objetivo deste componente é melhorar as condições socioeconômicas e habitacionais das famílias de baixa renda residentes em favelas, promovendo seu acesso a serviços básicos e habitação adequada. Os objetivos específicos do componente são: (i) Reassentar famílias que ocupam ilegalmente áreas consideradas de proteção ambiental permanente (APP) ou com alta vulnerabilidade a deslizamentos de encosta, inundações etc. e/ou que carecem de serviços básicos nas áreas de intervenção do Programa; (ii) Melhorar o acesso da população local a serviços públicos, equipamentos sociais e áreas verdes; (iii) Reabilitar/recuperar e proteger as áreas desocupadas.

- 2.11. **Subcomponente II.1 de Melhoramento de Bairros.** A intervenção consiste na regularização da propriedade da terra e a dotação de serviços de infraestrutura básica (eletricidade, iluminação, água potável, esgoto, drenagem pluvial, pavimentação, obras de proteção geotécnica e canalização de cursos d'água, e equipamentos urbanos e de recreação, assim como de infraestrutura para serviços sociais). Também será financiada a construção de novas habitações para todas as famílias que devam ser reassentadas e a recuperação ambiental das áreas degradadas aonde se localizam os assentamentos precários. Foram identificados: 10 municípios com famílias em alta vulnerabilidade social em áreas de alta vulnerabilidade e risco ambiental (em áreas de APP e/ou em áreas de risco à saúde), com 80 ou mais domicílios por comunidade, e pelo menos 30% das habitações em condições precárias, a meta é intervir em pelo menos 11 destas comunidades com recursos do BID.
- 2.12. **Subcomponente II.2. de Infraestrutura de CRAS e CREAS.** O Programa financiará a construção e equipamento de aproximadamente 186 CRAS e CREAS. Serão priorizados os municípios que atualmente não contam com este tipo de equipamentos sociais ou que contam com equipamentos alugados.
- 2.13. **Componente III. Fortalecimento Institucional.** Serão realizadas ações destinadas a acompanhar e fortalecer a implementação a nível municipal dos componentes 1 e 2. O objetivo é dar suporte aos municípios participantes, muitos entre os de menor capacidade de gestão do Paraná.
- 2.14. **Administração do Programa.** Financiará a criação de uma Unidade de Gestão do Programa (UGP), a qual será dirigida tecnicamente pela SEDS. A UGP coordenará as ações executadas pela COHAPAR e Secretarias de Educação, Saúde e Trabalho, entre outras. A UGP será também responsável pelo apoio técnico aos municípios participantes do Programa.

### **III. STATUS DA CONFORMIDADE LEGAL E INSTITUCIONAL**

- 3.1. A avaliação da sustentabilidade ambiental geral do Programa foi realizada a partir da verificação da conformidade de suas diretrizes políticas e objetivos, com as políticas públicas socioambientais, bem como com as diretrizes de salvaguardas socioambientais do BID.
- 3.2. O RAA avaliou e concluiu pela plena conformidade entre o pretendido pelo Programa e a legislação aplicável (federal, estadual e municipal), contemplando os diferentes aspectos legais incidentes sobre o processo de gestão socioambiental, entre outros: Constituição Federal de 1988; Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade); Lei nº 4.77, de 15 de Setembro de 1965 (Código Florestal); Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; Resoluções do Conselho Nacional do meio Ambiente (CONAMA) e demais leis e decretos federais de cunho ambiental; Resoluções da Secretaria Estadual do meio Ambiente (SEMA) e demais leis e decretos estaduais de cunho ambiental; Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná; PEHIS - PR, Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Paraná.
- 3.3. Considerando as políticas de salvaguardas do BID (*Implementing Guidelines for the Environment And Safeguards Compliance Policy*) a operação foi classificada na categoria “B”, ou seja, projetos que podem causar impactos transitórios, de intensidade moderada, cuja mitigação pode ser feita com tecnologia disponível e por boas práticas de engenharia. Neste caso, uma avaliação ambiental (RAA) foi requerida. No RAA foi elaborada uma análise pró-ativa do Programa, definindo medidas para a prevenção, correção, mitigação ou compensação dos impactos

ambientais adversos e a maximização dos impactos positivos, consequentes das obras e ações financiadas.

3.4. As políticas e salvaguardas ativadas pelo Programa são, sobretudo, aquelas descritas na OP-703, neste sentido:

- (i) O Programa segue o determinado por esta política conforme a salvaguarda B1.
- (ii) O Programa segue as diretrizes e normas socioambientais do País (cf. B2).
- (iii) Por ser classificado como categoria B, o Programa requereu análise ambiental centrada em temas específicos. Foi elaborado o (RAA) que apresenta o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), cf. previsto na salvaguarda B3.
- (iv) Relativamente à salvaguarda B5, o PGAS elaborado é parte integrante deste RGAS e acompanhará o Regulamento Operativo e o contrato do Programa (de acordo com a salvaguarda B7).
- (v) Conforme a salvaguarda B6, o RAA foi discutido em reunião pública e posto à disposição do público em geral e de forma consistente com a Política de Disponibilidade de Informação do Banco (OP-102). Da mesma forma, todos os projetos elaborados no Programa deverão ser discutidos com as partes interessadas de acordo com o Plano de Reassentamento Involuntário (PRI) elaborado para o Programa, em conformidade com a OP-710 do BID.
- (vi) A supervisão e o cumprimento das salvaguardas socioambientais (B7) estão incluídas nos procedimentos socioambientais descritos no PGAS. O arranjo institucional para execução do Programa define a forma de acompanhamento do PGAS. A equipe de projeto do Banco, direta ou indiretamente, através de consultores contratados, supervisionará o cumprimento do PGAS periodicamente, através de visitas de campo e revisão de relatórios da UGP.
- (vii) Com relação aos possíveis projetos de contrapartida, o Programa prevê o disposto na salvaguarda B12.

3.5. **Reassentamento Involuntário (OP-710).** Ressalta-se que o Programa prevê reassentamentos de famílias e, por isso, foi elaborado um Plano de Reassentamento Involuntário (PRI) que está em conformidade com a OP-710 do Banco. O PRI elaborado servirá de referência para os planos de reassentamento específicos de cada um dos municípios participantes do Programa, aonde for necessário um PRI. Este plano específico será condição para o início da execução das intervenções de regularização e urbanização de cada comunidade.

3.6. **Política de Disponibilidade de Informação do Banco (OP-102).** O Programa Família Paranaense foi concebido e pactuado entre o Estado, Municípios e suas instituições e populações, seguindo uma trajetória de eventos públicos nos quais foram apresentados, discutidos e aprovados os parâmetros conceituais, metodológicos e operacionais do Programa em diversas instâncias de articulação, negociação e participação popular. O registro de eventos está bem documentado no RAA.

3.7. Aspectos institucionais a serem ressaltados: (i) 02/03/2012 - Deliberação n.º 05/2012 do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná - CEAS/PR (composição paritária entre representantes do Estado e sociedade civil organizada) - responsável pelo planejamento do Sistema Único de Assistência Social no Estado, o qual manifestou parecer favorável para a priorização dos municípios ao Programa Família Paranaense. (ii) 14/03/2012 - Lançamento do Programa em Curitiba (presentes o Governador do Estado, Secretários, Prefeitos e autoridades responsáveis pela execução e acompanhamento do Programa). (iii) Entre 18/04 e 15/04 - Período de estudos para que o município se demonstre interessado e apto a iniciar a execução do Programa; e assinatura do termo de adesão com os 30 municípios priorizados. (iv) 01/06/2012 - Aprovação da Orientação Técnica do Programa Família Paranaense no CEAS e início da execução do Programa nos municípios e acompanhamento das famílias.

- 3.8. Do ponto de vista administrativo: (i) 16/07/2012 - Decreto nº 5.280 - Instituição da Unidade Gestora Estadual do Programa. (ii) 15/08/2012 - Decreto nº 5.552 -- Instituição dos 23 Comitês Regionais do Programa. Novo Decreto Estadual confere publicidade ao Programa, instituindo comitês regionais em todas as áreas de abrangência da SEDS. (iii) Os comitês locais, municipais, regionais e estadual constituem-se como importantes instâncias para execução do Programa. Reunindo representantes de diversas políticas públicas setoriais, estes comitês são responsáveis desde o acompanhamento das famílias (no nível local) até a tomada de decisões estratégicas relativas ao Programa.
- 3.9. Sobre tudo após a implantação da Unidade Gestora foram realizados até fevereiro de 2013 cerca de 25 eventos: encontro de comitês, seminários com representantes de dezenas de municípios (59 no de agosto em Maringá), tendo como objetivo estratégias de implementação, esclarecimento de dúvidas, avaliação do andamento do Programa, planejamento das próximas ações, entre outros.
- 3.10. Foram realizados também eventos de capacitação das Equipes Regionais da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR - que atuam diretamente no assessoramento aos municípios, bem como das equipes municipais (incluindo a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, importante ferramenta de trabalho para promoção social das famílias, em acordo com a metodologia do Programa); reuniões técnicas e de assessoramento direto aos municípios. Em alguns municípios foram realizadas reuniões com as primeiras famílias que serão atendidas pelo Programa.
- 3.11. Seguindo a política do BID, o RAA foi colocado à disposição para consulta na internet nos sites da SEDS ([www.familia.pr.gov.br](http://www.familia.pr.gov.br)) e da COHAPAR ([www.cohapar.pr.gov.br](http://www.cohapar.pr.gov.br)); e apresentado em reunião pública em 08/03/2013, com a exposição da avaliação de impactos derivados das obras e intervenções propostas no Programa e as medidas mitigadoras correspondentes.
- 3.12. A participação da população diretamente afetada pelas obras previstas no Programa deverá seguir o PRI elaborado em conformidade com a OP-710 do Banco.

#### **IV. CARACTERIZAÇÃO DAS OBRAS E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

- 4.1. **Caracterização das áreas de intervenção.** As intervenções/obras previstas no Programa serão executadas em áreas que já sofreram intervenção humana, isto é, em áreas urbanizadas, no geral em áreas de risco situadas em APP degradadas em bairros periféricos. O tamanho das áreas varia entre 15.000 a 65.000 m<sup>2</sup>. O Anexo II apresenta vistas aéreas dos polígonos selecionados para obras de regularização e urbanização, mostrando os principais aspectos elementos locais.
- 4.2. **Caracterização das obras do Componente II do Programa.** As obras podem ser de dois tipos: (i) Urbanização Complexa - Compreende a intervenção em assentamentos com alto grau de densidade, em geral do tipo aglomerado, com alto índice de remoções (Reassentamento em nova área), que não apresentam traçado regular e/ou a necessidade de realização de complexas obras geotécnicas ou drenagem urbana, como canalização de córregos, contenção de encostas e “criação de solo” e infraestrutura básica; e (ii) Urbanização Simples - Compreende a intervenção em assentamentos que possuem baixa ou média densidade, traçado regular, não apresentam necessidade de realização de obras complexas de infraestrutura urbana, consolidação geotécnica e drenagem e apresenta um baixo índice de remoções (até 5%). Ocorre necessidade de

remanejamento das habitações na mesma área de intervenção. O quadro abaixo resume as ações.

**PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE**

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

Versão 2013

MUNICÍPIO	REGIONAL	NOME DA FAVELA	FAMÍLIAS	URBANIZAÇÃO (1)	URBANIZAÇÃO COMPLEXA (2)	URBANIZAÇÃO SIMPLES (3)
1. PIRAÍ DO SUL	PG	VILA N. SRA. APARECIDA	152		33	119
2. IMBITUVA	PG	ARREDORES NOVA ALIANÇA	80		80	
3. WENCESLAU BRAZ	PG	SEM TETO	92			92
4. RESERVA	PG	SARAIVA	91	10		81
5. CANTAGALO	GP	CHIMIN	96		32	64
6. LARANJEIRAS DO SUL	GP	CAIC	91			91
7. REBOUÇAS	GP	VILA VICENTINA	38			38
		VILA FACÃO	46			46
			84			84
8. TURVO	GP	VILA JAIME	135	20	20	95
9. PRUDENTÓPOLIS	GP	VILA SANTANA	72	10	8	54
10. CRUZ MACHADO	UV	BAIRRO SÃO JOSÉ	122		52	70
TOTAL		11 FAVELAS	1015	40	225	750

(1) Intervenção no local, titulação e execução de infraestrutura faltante

(2) Reassentamento: Construção de novas moradias em nova área e execução de infraestrutura

(3) Intervenção no local, reconstrução de moradias, melhorias e execução de infraestrutura faltante

- 4.3. As obras constituem essencialmente: (i) Serviços Preliminares - Montagem do Canteiro; (ii) Terraplenagem; (iii) Obras geotécnicas: Contenções, Patamarizações; (iv) Produção de unidades habitacionais; (v) Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; (vi) Energia Elétrica – Iluminação; (vii) Pavimentação e obras viárias; (viii) Galerias de Águas Pluviais; (ix) Recuperação de APP; (x) Construção de praças, áreas esportivas e de lazer.
- 4.4. **Avaliação de Impactos Socioambientais (AIA).** A AIA desenvolvida no RAA contemplou as informações sobre os impactos positivos e negativos relacionados aos tipos de intervenções propostas no Programa, destacando-se as intervenções físicas de maior relevância do ponto de vista dos efeitos socioambientais negativos, para as quais foram propostas medidas de mitigação e compensação ambiental capazes de reduzir, atenuar ou eliminar os impactos previstos.
- 4.5. Para tanto, adotou-se a metodologia proposta por CREA-PR e IAP (site do CREA-PR - [http://creaweb.crea-pr.org.br/IAP/consultas/consulta\\_impactos\\_publica.aspx](http://creaweb.crea-pr.org.br/IAP/consultas/consulta_impactos_publica.aspx)), onde em uma planilha, ao selecionar-se a tipologia do empreendimento, é listada uma série de prováveis impactos relacionados à mesma.
- 4.6. Uma vez definidos os fatores geradores e os aspectos ambientais, procedeu-se a construção de uma Matriz de Identificação e Análise de Impactos, com o objetivo de visualizar a correlação existente entre os fatores e os aspectos ambientais, indicativa da ocorrência ou não de um determinado impacto. A referida matriz consiste em uma listagem onde se dispõem nas linhas, os impactos esperados para o empreendimento, e nas colunas, os critérios de classificação adotados (ocorrência, natureza, forma de apresentação, abrangência, possibilidade de mitigação etc.). Todos os impactos identificados na matriz foram objeto de caracterização, análise e avaliação, considerando-se as fases de implantação e operação. O Anexo III apresenta a “Matriz para AIA” utilizada para as obras no Programa.



- 4.7. **Impactos Positivos.** O Programa considera que a vulnerabilidade está determinada pela condições urbanístico-ambientais e socioeconômicas, tais como a habitação, o ciclo de vida e o grau de escolarização, as quais comprometem a situação atual das pessoas e determinam o seu desenvolvimento futuro.
- 4.8. O foco está nas famílias pobres vivendo em assentamentos via de regra irregulares em áreas de risco. Elas serão atendidas com ações de urbanização (melhoria de bairros, construção e reconstrução de unidades habitacionais e infraestrutura), relocação e/ou regularização fundiária (titulação), conforme a necessidade específica de cada município, implantação ou reforma de equipamentos sociais (CRAS, CREAS).
- 4.9. Os impactos ambientais e sociais positivos serão bastante significativos. As ações contribuirão para reverter o atual quadro de deterioração ambiental e social nas áreas de intervenção. Espera-se a melhoria das condições de saneamento e proteção ambiental, além da melhoria da capacidade administrativa e eficiência no uso dos investimentos.



- 4.10. **Beneficiários.** O Programa objetiva atender 100 mil famílias em 4 anos, com ações concatenadas de todas as Secretarias e Companhias Estaduais e Fortalecer as Gestões Municipais.
- 4.11. No Componente II Melhoramento de Bairros do Programa, o Programa beneficiará 156 municípios com a construção e/ou recuperação de 186 CRAS e CREAS. Além disso, 22.000 famílias altamente vulneráveis serão diretamente assistidas. Nesta primeira etapa com financiamento do BID, o Programa elegeu dez municípios prioritários para atender a partir de intervenções físico-urbanísticas e fundiárias, ações de urbanização e regularização de 11 assentamentos precários, com a construção e melhoria de moradias de famílias de baixa renda localizadas em áreas de risco, cerca de 900 famílias a serem reassentadas.
- 4.12. **Impactos Negativos – Impactos Ambientais Significativos (IAS).** A AIA demonstra que os principais impactos ambientais desfavoráveis ocorrerão durante o período de obras. Os relativos à fase de operação, pelas características e dimensões das intervenções, estão diretamente relacionados à gestão e à capacidade de manutenção, o que diz respeito à própria capacidade de articulação e gestão da UGP, temas tratados no POD. Os potenciais impactos negativos, típicos do período de obras, serão temporais e mitigáveis com tecnologia conhecida e boas práticas de engenharia. Via de regra: (i) com relação ao meio antrópico, as fontes de impacto dizem respeito à segurança e transtornos ao bem-estar (ruído, poeira, transporte de material, etc.) da população na fase de construção do empreendimento. Desta forma, é necessário que cada empreendimento tenha o seu plano de obras elaborado e incorporado ao projeto; (ii) com relação ao meio físico, impactos negativos potenciais significativos estão relacionados à drenagem imprópria das águas pluviais que podem gerar risco de alagamento, à operação também inadequada de jazidas de materiais para pavimento

- primário, à disposição inadequada de materiais de bota-fora, além da implantação e operação inadequadas de canteiro de obras e áreas de usinas asfálticas (quando for o caso). Portanto, medidas de projeto deverão prevenir a eventualidade de áreas alagadas (incluindo, se necessário, limpeza de galerias e/ou de canais, entubamentos parciais ou totais, etc.), enquanto que a operação de jazidas, de áreas de bota-fora e de canteiros de obra deverá ser detalhada no plano de obras elaborado para cada projeto/obra; e, (iii) com relação ao meio biótico, por serem obras localizadas em áreas já ocupadas elas, praticamente, geram um baixo impacto sobre este meio. Em áreas onde a presença de arborização é significativa, as obras deverão considerar prioritariamente a sua preservação e/ou reposição e/ou compensação.
- 4.13. **Medidas Mitigadoras dos IAS.** Após a identificação e avaliação dos impactos socioambientais negativos, considerando os aspectos ambientais relevantes das respectivas áreas de influência do Programa, foram apresentadas as medidas preventivas e mitigadoras para estes impactos. Os impactos deverão ser mitigados de acordo com os Critérios de Elegibilidade Ambiental do Programa (descritos no PGAS no Capítulo 5 a seguir) e conforme condicionantes emanadas do processo de licenciamento ambiental de cada projeto. O PGAS define também as ações e procedimentos de gestão necessários à prevenção e mitigação de impactos negativos, bem como a maximização dos efeitos positivos esperados.
- 4.14. **Licenciamento Ambiental.** Todas as obras do Programa Família Paranaense serão submetidas a processos de licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental é de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, apoiado na legislação federal (Resolução CONAMA 237/1997) e na legislação estadual (Resolução SEMA 031/1998, CEMA 065/2008 e SEMA 051/2009).
- 4.15. Observando-se a legislação ambiental federal e estadual pertinente ao Programa, conclui-se que a maioria das obras é passível de Autorização Ambiental. A Autorização Ambiental é uma modalidade de licenciamento ambiental aplicável às atividades de baixo impacto e reduzido potencial poluidor. Entretanto, se o IAP assim decidir, algumas das intervenções necessitarão da realização do procedimento de licenciamento convencional, por meio de LP (Licença Prévia), de Licença de Instalação (LI) e de Licença de Operação (LO). Outras intervenções serão ainda, passíveis de Dispensa de Licença Ambiental Estadual (DLAE).
- 4.16. As intervenções em que for identificada a necessidade de intervenções em corpo hídrico, tais como dragagem, proteção de margens, entre outros, serão alvo de Outorga junto ao Instituto das Águas do Paraná – AGUASPARANÁ.

## **V. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS)**

- 5.1. O PGAS foi estruturado para atender todos os cuidados e as medidas de controle, prevenção e correção, e monitoramento socioambientais relativos à mitigação dos impactos ambientais negativos, bem como a potencialização dos impactos positivos diagnosticados no RAA, para a inserção ambientalmente adequada dos empreendimentos a serem financiados pelo Programa. Estes cuidados e medidas socioambientais constituem os Critérios de Elegibilidade Socioambientais do Programa (CEA) e estão organizados segundo os requisitos componentes do PGAS: (i) de Gestão Socioambiental na UGP; (ii) de Controle Socioambiental de Obras; (iii) de Registro e Documentação Socioambiental na UGP; (iv) de Supervisão, Fiscalização e Monitoramento; (v) de Segurança e Saúde da Mão-de-Obra; (vi) de Reassentamento Involuntário de população.

5.2. O termo “requisitos componentes” refere-se a condições necessárias para atingir a adequada gestão dos aspectos socioambientais no Programa.

### 5.3. Requisito componente de Gestão Socioambiental na UGP

Observação: a ser executado com recursos incluídos na Administração do Programa.

A inserção da variável socioambiental será considerada em todas as fases do ciclo de vida dos empreendimentos do Programa. Esta inserção será de responsabilidade da UGP, que é o organismo responsável pelo cumprimento dos procedimentos ambientais definidos nos Critérios de Elegibilidade Ambiental (CEA) e pelas prescrições e condicionantes advindas do Licenciamento Ambiental. A UGP deverá garantir que projetos, documentos licitatórios, obras, supervisão e fiscalização, operação e monitoramento, atendam aos CEA e demais exigências ambientais advindas do processo de licenciamento. O fluxograma abaixo apresenta a inserção dos aspectos socioambientais no Programa.

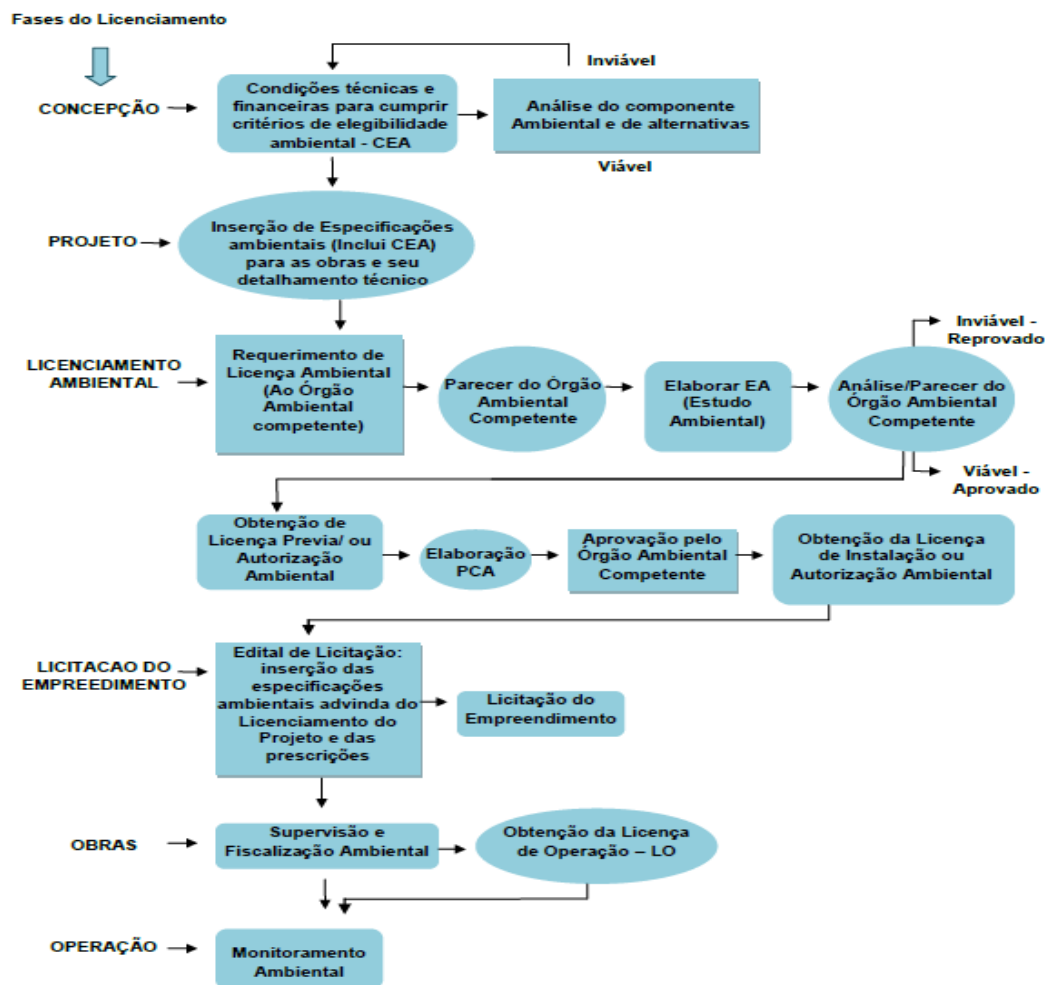
### Atribuições dos Profissionais Socioambientais na UGP

Observação: a estrutura da UGP prevê a Assessoria de Salvaguardas Ambientais e Sociais envolvendo dois profissionais: Assessoria de salvaguarda ambiental para os subcomponentes 2.1 e 2.2 e Assessoria de salvaguardas sociais para os componentes 1 e 2 do Programa.

No âmbito da UGP a Gestão Socioambiental estará a cargo do engenheiro ambiental e do especialista social que serão responsáveis pela execução das ações socioambientais do Programa devidamente articulados com os demais integrantes da UGP e de secretarias e órgãos envolvidos no Programa. Estes profissionais (dependendo do ritmo de implantação das obras) deverão ser apoiados por especialista socioambiental auxiliar contratado pela UGP durante o tempo necessário e/ou por contrato temporário renovável ou não; ou, ainda, por funcionário especialista do próprio Governo do Estado alocado especificamente para este apoio. As principais atribuições dos especialistas socioambientais da UGP são:

- (i) apoio técnico no planejamento inicial das ações socioambientais previstas para cada projeto;
- (ii) verificar a inserção dos critérios de elegibilidade socioambiental nos projetos de engenharia;
- (iii) encaminhar o processo de licenciamento ambiental junto ao(s) órgão(s) ambiental(is) de incumbência;
- (iv) verificar a inclusão dos critérios de elegibilidade socioambiental e exigências de licenciamento nos editais de licitação de obra;
- (v) aprovar o início das intervenções físicas nas áreas, somente após a verificação de que exigências, ações e procedimentos socioambientais foram obedecidos e atendidos de forma adequada;
- (vi) decidir sobre ações e procedimentos de obras, em conjunto com o construtor e órgão responsável, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais;
- (vii) visitas periódicas às obras para verificar e atestar que todas as atividades relativas às questões socioambientais estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade recomendados nos procedimentos socioambientais do PGAS do Programa, nas condicionantes das autorizações e licenças ambientais e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- (viii) registrar no diário de obras os problemas socioambientais e as não-conformidades observadas durante as visitas de supervisão e fiscalização das obras e participar da aprovação das medições e dos pagamentos das atividades ambientais;

- (ix) apresentar periodicamente à Coordenação da UGP, a avaliação sobre a eficiência e a eficácia dos cuidados ambientais relacionados às intervenções físicas previstas e sobre os ajustes necessários;
- (x) aprovar, em conjunto com a coordenação setorial da UGP, as penalidades às empresas construtoras, no caso de não atendimento dos requisitos socioambientais, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas e não resolvidas no âmbito das reuniões de planejamento de obras;
- (xi) aprovar, em conjunto com a coordenação setorial de obras, no caso de ações que tragam impactos socioambientais significativos ou de continuidade sistemática de não-conformidades significativas, a paralisação das obras no trecho considerado de modo a possibilitar a adoção, a tempo, de medidas corretivas;
- (xii) recebimento da obra, com a verificação das medidas e cuidados ambientais previstas nos projetos e editais de licitação;
- (xiii) na fase de operação: monitorar/verificar o funcionamento de dispositivos, medidas e cuidados socioambientais implantados nos empreendimentos; e apoiar ações de capacitação, educação e comunicação socioambiental;
- (xiv) elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados bimestralmente à UGP, contendo: introdução; principais atividades desenvolvidas no período; detalhamento do andamento e da situação das ações socioambientais; justificativas, quando couber, das alterações ocorridas nos procedimentos ambientais e cronogramas; cronograma executivo atualizado; aspectos relevantes da implantação dos programas/procedimentos socioambientais; ocorrências registradas no diário de obras; conclusões; e anexos;
- (xv) realizar a avaliação periódica de desempenho socioambiental do Programa;
- (xvi) apoiar a coordenação do componente de Registro e Documentação Socioambiental na UGP.
- (xvii) garantir a implementação dos procedimentos e ações previstas no Plano de Reassentamento Involuntário (PRI).



#### 5.4. Requisito Componente de Controle Socioambiental de Obras

Observação: as medidas e cuidados socioambientais indicados neste componente do PGAS, bem como seus custos deverão ser detalhados e incluídos nos documentos finais dos Projetos Executivos. Isso definirá medidas e cuidados ambientais (sejam eles de engenharia ou gerenciais/administrativos) que serão incorporados nos projetos executivos e seus respectivos orçamentos.

#### Justificativas e Função

Este componente apresenta o escopo central dos Critérios de Elegibilidade Socioambiental do Programa (CEA), que inclui de forma complementar, o previsto nos demais requisitos componentes do PGAS. Este requisito é de suma importância para a prevenção e mitigação de impactos negativos oriundos da execução das obras de construção civil porque estabelece normas sustentáveis para o desenvolvimento das atividades relacionadas. Os CEA não atuarão em prejuízo de outros critérios mais rigorosos que poderão ser exigidos pelo órgão ambiental licenciador. A exigência de atendimento destes critérios deve estar incluída nas cláusulas de convênios a serem firmados com os intervenientes no Programa.

Os principais objetivos são:

- (i) Garantir que o desenvolvimento das intervenções previstas ocorra sem a geração de dano socioambiental significativo.
- (ii) Garantir que os resíduos da construção civil, gerados e excedentes, sejam corretamente dispostos, evitando contaminação do solo e do lençol freático;
- (iii) Levar à adoção de práticas operacionais ambientalmente adequadas, especialmente no que tange às áreas de supressão de vegetação e intervenção em APP;
- (iv) Desenvolver ações de monitoramento, durante a implantação da obra, necessárias para a avaliação da eficácia das ações de controle socioambiental adotadas;
- (v) Assegurar o bem estar da mão de obra envolvida.

### **Atividades Propostas**

#### **a) Condições Gerais**

- (i) No caso de reassentamento todos os critérios, atividades e procedimentos previstos no PRI deverão ser articulados espacialmente (sobretudo evitando relocações em áreas de risco existente ou potencial) e temporalmente (as frentes de obra deverão obedecer estritamente o cronograma de reassentamento). As ações de educação/comunicação/divulgação deverão ter um cronograma mensal de conhecimento geral na UGP, órgãos envolvidos, prefeituras, empresas etc.
- (ii) Todo projeto a ser financiado pelo Programa deverá comprovar o Licenciamento Ambiental.

#### **b) Ações Específicas de Obras**

O requisito compreende a execução das seguintes ações: (i) Controle de processos de erosão; (ii) Controle da poluição do ar e emissão de ruídos; (iii) Controle da poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas; (iv) Gerenciamento de resíduos sólidos; (v) Medidas de controle das interferências com tráfego e com a segurança da população; (vi) Orientação ambiental e de segurança no trabalho para o pessoal de implantação; (vii) Replante da vegetação arbórea a ser removida; (viii) Monitoramento: das obras de terraplanagem; das águas superficiais; do solo; das águas subterrâneas (quando o caso); dos processos de revegetação e paisagismo.

A) Prevenção e controle dos Processos Erosivos - Durante a implantação das obras os processos erosivos deverão ser controlados, garantindo a integridade dos trabalhos de terraplanagem e, o não comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos superficiais por conta da contenção de assoreamento. Para tanto as seguintes ações gerais estão previstas: (i) cronograma de obras evitando-se as operações de escavação e dragagem em períodos de chuva; (ii) planejamento adequado da terraplanagem para minimizar a geração de material excedente e necessidade de Depósitos de Material Excedente - MEs, bem como necessidades de áreas ou jazidas de empréstimo de material; (iii) Restringir as intervenções apenas às áreas realmente necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, minimizando a supressão vegetal; (iv) Execução de obras de drenagem, ainda que temporárias em torno de áreas de intervenção mais sensíveis a processos erosivos.

B) Poluição do Ar e Ruídos - As intervenções podem causar ainda temporariamente, emissões de poluentes atmosféricos, na forma de material particulado (poeiras) e gases de combustão devido à exposição do solo, pela movimentação de terra e utilização de veículos e equipamentos. São apontadas as seguintes medidas para controle da poluição atmosférica: (i) as áreas de estocagem de materiais, bem como as vias de circulação internas devem ser constantemente umedecidas no período seco; (ii) o fluxo de veículos nas áreas das obras e vias internas de circulação deve ser controlado, para evitar formação de poeira; (iii) os equipamentos, máquinas e os veículos devem ser submetidos à manutenção regular e periódica; (iv) a queima de materiais combustíveis, de lixo e de matéria orgânica será proibida; etc.

- C) Geração de ruídos - Deverão ser consideradas as seguintes medidas: (i) as atividades das obras deverão se restringir ao horário diurno para atenuar os incômodos à população residente nas vizinhanças; (ii) as máquinas e equipamentos deverão passar por serviços de manutenção e regulagem periódicos, em atendimento à Resolução CONAMA de 08/92 referente a este tema.
- D) Poluição do Solo e das Águas Superficiais e Subterrâneas - Durante a fase de implantação podem ocorrer situações que ocasionem poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas. Assim, as seguintes medidas são necessárias, dentre outras: (i) controle dos efluentes domésticos - os canteiros de obras disporão obrigatoriamente de fossas sépticas, padrão NBR e de banheiros químicos (banheiros móveis) para as obras lineares; (ii) controle dos efluentes industriais - nas áreas de manutenção e lavagem de veículos e máquinas nos canteiros deverá ser realizado o controle dos efluentes industriais graxas e óleos, principalmente que deverão ser armazenados para sua posterior remoção e descarte ou reciclagem; (iii) máquinas e veículos deverão ser vistoriados periodicamente para verificar se apresentam vazamentos de óleo.
- E) Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - As ações preconizadas têm relevância para a manutenção da qualidade dos recursos hídricos e do solo das áreas a serem diretamente afetadas: (i) gerenciamento de resíduos sólidos com adequada remoção e destinação dos resíduos decorrentes de supressão vegetal, demolições e canteiro de obras; (ii) gerenciamento do entulho resultante de demolições, observando-se a Resolução CONAMA 307/2002; (iii) gerenciamento de resíduos dos Canteiros de Obras - tanto de natureza doméstica e como industrial, resíduos sépticos. Os resíduos de natureza doméstica são aqueles oriundos de refeitórios, sanitários e escritórios. Todos estes resíduos deverão ser classificados, segregados e ter destinação adequada.
- F) Gerenciamento de Resíduos de Supressão Vegetal - O objetivo é aproveitar ao máximo os recursos naturais reutilizando-os quando possível e destinando corretamente os resíduos derivados: (i) quando for necessária a supressão vegetal ou a remoção de camada superficial de solo com matéria orgânica, esse material pode ser compostado e aplicado para a recuperação de flora de outras áreas (este material deverá ser estocado adequadamente em locais protegidos de erosão e de poluição); (ii) a vegetação arbórea que precisar ser removida deve ser replantada, evitando assim a derrubada desnecessária da flora e a sobrevida das árvores; (iii) essa ação não exime o executor de repor a vegetação urbana quando da conclusão das obras.
- G) Controle das Interferências no Tráfego e Segurança da População - Objetiva-se estabelecer diretrizes que nortearão a implementação de medidas de ordenação do fluxo de veículos e de segurança dos transeuntes e trabalhadores nas vias de circulação que serão afetadas pelas obras do Programa: (i) a circulação de veículos e máquinas nas vias deverá ser sinalizada, pelo menos nos trechos mais críticos, evitando a ocorrência de acidentes com outros veículos e com transeuntes; (ii) o trajeto dos veículos utilizados no transporte de materiais e equipamentos nos canteiros, bota-foras, alojamentos e outros espaços das obras, deverá ser cuidadosamente planejado com vistas a evitar que o trânsito de veículos pesados interfira ainda mais com o tráfego urbano; (iii) no caso de rotas alternativas estas devem ser sinalizadas ou estudadas modificações de trânsito junto com as autoridades competentes, com sinalização informativa prévia à execução da obra, bem como informado o período de restrição de circulação; (iv) a sinalização de segurança para o tráfego deverá obedecer às recomendações do Código Nacional de Trânsito e qualquer sinalização complementar de obras nas vias públicas deverá seguir a Resolução nº 561/80 do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito); (v) Todos os operários e técnicos contratados para atuar nas obras passarão por treinamento para prepará-los e conscientizá-los para reconhecer e atuar em situações de risco para o meio ambiente (vazamentos de óleo e combustíveis, identificação de objetos de possível interesse arqueológico, disposição adequada de resíduos, controle de incêndios).
- H) Monitoramento Ambiental - O monitoramento prevê a adoção de uma série de medidas durante a implantação das obras visando à confirmação de que os trabalhos de

implantação transcorrerão sem causar significativos danos ao ambiente. As seguintes ações deverão ser realizadas: (i) monitoramento das operações de terraplanagem, da disposição dos resíduos da construção civil, da qualidade e quantidade das águas superficiais e águas subterrâneas (quando o caso), dos processos erosivos, da supressão de vegetação e da realização dos plantios de revegetação para contenção de processos erosivos; (ii) coordenação do atendimento a todas as exigências definidas no licenciamento ambiental para a etapa de implantação; (iii) fornecimento de subsídios à consolidação de todos os relatórios de acompanhamento da implantação das obras a partir dos dados prestados pelas empreiteiras executoras e obtidos através de amostragens de água, solo, poluição do ar, dentre outros parâmetros.

**Produtos** - Relatórios periódicos de acompanhamento das atividades de obras, como subsídio à consolidação dos relatórios de acompanhamento do programa a serem elaborados pela UGP.

**Cronograma** - O requisito de Controle Socioambiental de Obras deverá ser incluído no Projeto de Engenharia, com duração até a completa desmobilização da obra e descontinuidade das atividades de monitoramento (um ano após a conclusão das obras).

#### **5.5. Requisito Componente de Registro e Documentação Socioambiental na UGP**

Observação: a ser executado com recursos incluídos na Administração do Programa

##### **Justificativas e Função**

A UGP deverá estabelecer e manter informações, em papel ou meio digital, para: (i) descrever os principais elementos do PGAS e a interação entre eles; e, (ii) fornecer orientação sobre a documentação relacionada.

##### **Atividades Propostas**

Os registros e outras documentações serão a comprovação do cumprimento dos requisitos, procedimentos, exigências legais etc. A UGP deverá estabelecer e manter procedimentos para o controle de todos os documentos exigidos pelo PGAS e outros de cunho social e ambiental no Programa, para assegurar que: (i) possam ser localizados; (ii) sejam periodicamente analisados, revisados quando necessário e aprovados quanto à sua adequação, por pessoal autorizado; (iii) as versões atualizadas dos documentos pertinentes estejam disponíveis em todos os locais onde são executadas operações essenciais ao efetivo funcionamento do PGAS; (iv) documentos obsoletos sejam prontamente removidos de todos os pontos de emissão e uso ou, de outra forma, garantidos contra o uso não intencional; (v) quaisquer documentos retidos por motivos legais e/ou para preservação de conhecimento sejam adequadamente identificados.

A documentação deve ser legível, datada (com datas de revisão) e facilmente identificável, mantida de forma organizada e retida por um período de tempo especificado. Devem ser estabelecidos e mantidos procedimentos e responsabilidades referentes à criação e alteração dos vários tipos de documentos.

#### **5.6. Requisito Componente de Supervisão, Fiscalização e Monitoramento Socioambiental**

Observação: a ser financiado por recursos provenientes da Administração do Programa.

##### **Justificativa e Função**



Este componente trata essencialmente da verificação e garantia de implementação do preconizado no PGAS, em todos os seus requisitos componentes.

### **Atividades Propostas**

- (i) No caso das obras: integrar efetivamente o controle sociambiental à supervisão de obras através da inserção de cuidados e medidas socioambientais nas fichas/relatórios de supervisão de obras e no diário de obras e, para isso, participar da rotina de supervisão de obras.
- (ii) Durante as atividades de supervisão e fiscalização de obras as Assessorias Ambiental e de Social da UGP farão visitas periódicas às obras. As inconformidades socioambientais deverão ser incluídas no Diário de Obra. A GP deverá tomar as providências cabíveis contratualmente. Os registros no Diário de Obra deverão ser incluídos nos Relatórios Mensais da UGP.
- (iii) No caso da comunicação social e da educação ambiental, estas devem preceder a fase de projeto e acompanhar os empreendimentos durante a fase de obras e de operação. As atividades essencialmente são as descritas no Plano de Reassentamento Involuntário (PRI).
- (iii) A elaboração de relatórios e outras ações de verificação do cumprimento de salvaguardas socioambientais, bem como dos indicadores a serem acompanhados/monitorados e a definição de responsabilidades.
- (iv) Ressalta-se a verificação e a anuência das Assessorias Ambiental e Social para o Termo de Recebimento de Obra (TRO), bem como o monitoramento das medidas e cuidados ambientais durante a vigência do Programa.
- (v) No Relatório de Progressão do Programa deverá constar a verificação objetiva dos aspectos socioambientais pelas Assessorias Ambiental e Social UGP em cada empreendimento ou atividade, independentemente da fase do ciclo de vida em que se encontre. Verificação objetiva quer dizer a indicação clara: “sim” ou “não” verificado pelas duas Assessorias.

### **5.7. Requisito Componente de Segurança e Saúde da Mão-de-Obra**

As atividades e ações previstas para a implantação do Programa de Segurança e Saúde da Mão-de-Obra dividem-se em três modalidades básicas:

- (i) Atividades a serem desenvolvidas pelos Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho das empresas que irão atuar nas obras. O detalhamento destas atividades é apresentado e realizado, principalmente, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR) e demais orientações e exigências das autoridades de saúde (Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde) e de meio ambiente.
- (ii) As Normas Regulamentadoras (NR) relativas à Segurança e Medicina do Trabalho são de observância obrigatória pelas empresas privadas que possuem empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Deverão ser obedecidas ainda, pela Empreiteira, as seguintes Normas Regulamentadoras:
  - ✓ NR1 – Disposições Gerais;
  - ✓ NR2 – Inspeção Prévia;
  - ✓ NR4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
  - ✓ NR5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
  - ✓ NR6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
  - ✓ NR7 – Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
  - ✓ NR9 – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;
  - ✓ NR11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;

- ✓ NR12 – Máquinas e Equipamentos;
- ✓ NR18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- ✓ NR21 – Trabalho a Céu Aberto;
- ✓ NR23 – Proteção contra Incêndios;
- ✓ NR24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
- ✓ NR26 – Sinalização de Segurança;
- ✓ NR27 – Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no Ministério do Trabalho.

- (iii) Atividades de coordenação e monitoramento integral do Programa de Segurança e Saúde da Mão-de-Obra e suas interfaces com os demais programas ambientais, deverão ser organizadas de modo a permitir a constituição de uma equipe que coordene, fiscalize e monitore as atividades propostas.

#### **5.8. Requisito Componente de Plano de Reassentamento Involuntário (PRI)**

Observação: a ser financiado por recursos previstos no Componente II do Programa.

- (i) A UGP elaborou um Plano de Reassentamento Involuntário (PRI) incluído como anexo ao POD. Portanto, os procedimentos e ações neste requisito componente do PGAS são aqueles descritos no documento do PRI.
- (ii) O PRI elaborado servirá de referência para os planos de reassentamentos específicos de cada um dos municípios participantes do Programa, aonde for necessário um PRI. Este plano específico será condição para o início da execução das intervenções de regularização e urbanização de cada comunidade.

### **VI. REQUERIMENTOS A SEREM INCLUÍDOS EM ACORDOS LEGAIS**

6.1. Além de estar em conformidade com o PGAS (incluído no RGAS anexo ao POD), os projetos deverão cumprir os critérios e procedimentos socioambientais estabelecidos no Regulamento Operacional do Programa (ROP), cuja aprovação é uma condição previa ao primeiro desembolso do Programa.

6.2. O ROP conterá os aspectos operacionais e técnicos descritos nos requisitos componentes do PGAS: (i) de Gestão Socioambiental na UGP; (ii) de Controle Socioambiental de Obras; (iii) de Registro e Documentação Socioambiental na UGP; (iv) de Supervisão, Fiscalização e Monitoramento; (v) de Segurança e Saúde da Mão-de-Obra; (vi) de Reassentamento Involuntário de população.

6.3. Os documentos de licitação de projeto e de obras deverão incluir os requisitos componentes do PGAS, notadamente o de Controle Socioambiental de Obras.

## ANEXO 1

### CENÁRIO AMBIENTAL E SOCIAL DOS TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA

#### I.1. SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA E CENÁRIO REGIONAL AMBIENTAL E SOCIAL

- I.1.1. O Estado do Paraná no Sudeste do Brasil, conta com uma população de 10.439.601 habitantes. Ainda que seja um dos estados com melhores indicadores sociais do Brasil, estima-se que 306.638 pessoas vivem abaixo da linha de pobreza (menos de R\$ 70/mês, segundo IBGE). No critério do Governo Federal para identificar as famílias vulneráveis, estabelecido em meio salário mínimo por pessoa ao mês (R\$ 311,00), estima-se que no Paraná existam 975.685 famílias nesta condição.
- I.1.2. O Programa Família Paranaense busca reduzir substancialmente a pobreza extrema nos próximos quatro anos. O Programa realizará intervenções em 156 municípios selecionados (o Paraná possui 399 municípios), que correspondem a apenas 10% do PIB do Estado, mas com 19% da população e 17% da mão de obra estadual. O total de famílias em situação de pobreza extrema, 43.146, corresponde a 41,18% das famílias de extrema pobreza de todo o Estado.
- I.1.3. Os critérios de seleção municipal: Índice de Desempenho Municipal (IPDM, Iparades), porcentual de pobreza extrema e ausência de CRAS ou situação irregular destes equipamentos. Outros indicadores suportam a análise realizada para a Identificação e seleção dos Municípios participantes do Programa, pelos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, entre outros: (i) A relação dos municípios de acordo com os índices de vulnerabilidade do Programa Família Paranaense - IVFP; (ii) A existência de assentamentos precários do tipo – Favela no município; (iii) O adensamento de no mínimo, oitenta domicílios/habitações em favelas no município; (iv) A localização geográfica dos municípios, de acordo com a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná; (vi) A caracterização geral das Favelas de acordo com o PEHIS – Plano Estadual de Habitação de Interesse Social.
- I.1.4. O último critério para eleger os municípios foi à caracterização dos assentamentos precários do tipo *Favela*. De acordo com os levantamentos dos assentamentos precários nos municípios do Estado do Paraná, levantados pelo PEHIS foi diagnosticado uma série de fatores relevantes que caracterizam os assentamentos, quanto à situação de vulnerabilidade e risco: (i) Falta de Infraestrutura Urbana; (ii) Inevitabilidade dos domicílios; (iii) Situação de Risco e Insalubridade; (iv) Inadequação da localização dos assentamentos (a localização dos domicílios em áreas de APP, sujeitas à inundação, a deslizamentos, acidentes de trânsito por se situarem à margem de rodovias e ferrovias, riscos de eletrocussão por proximidade a redes elétricas de alta tensão e riscos à saúde presença de estações de esgoto, aterros sanitários e afins).
- I.1.5. O Programa Estadual de Urbanização e Regularização Fundiária de Assentamentos Precários – PEURAP, da Companhia de Habitação do Paraná, definiu como foco principal de atuação os municípios do Estado com a presença de *Favelas*, entendendo estas áreas como prioritárias, por se tratarem de assentamentos precários com relevante adensamento populacional, geralmente carente de infraestrutura urbana e serviços públicos, existência de risco ambiental e que até o presente momento não sofreram nenhuma intervenção a partir de políticas habitacionais. Além da precariedade das unidades habitacionais, os espaços classificados como favelas também apresentam, comumente, deficiência na questão da posse e titulação dos domicílios, sendo a

regularização mais um desafio a ser enfrentado para a promoção da dignidade e cidadania da população a ser atendida.

- I.1.6. A partir do diagnóstico do PEHIS, foram levantados 156 municípios do Estado (de acordo com os 13 Escritórios Regionais da COHAPAR) onde se encontram favelas. A partir dessa relação ocorreu o cruzamento com os municípios indicados pelo Programa Família Paranaense/BID.
- I.1.7. Segundo a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná, formulada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano em 2010, a região conceituada como “Centro Expandido” – indicado com a letra D, figura 01, é indicada como uma área que ainda não alcançou “desenvolvimento compatível com a dinâmica das grandes aglomerações, e que apresentam perdas populacionais e baixos IDH-M.”. Ainda em acordo com esta Política, “os estudos realizados levaram a uma percepção da necessidade de promover o desenvolvimento do Centro Expandido”, entendido como a região menos desenvolvida do Estado, definida como “espacialidade socialmente crítica”, apresentando baixos indicadores econômicos- sociais. Esta região foi escolhida como o foco prioritário de atenção da COHAPAR no Programa Família Paranaense, e os municípios aí localizados possuindo assentamentos precários do tipo *Favela*.
- I.1.8. A compatibilização entre o cruzamento realizado e a localização geográfica levou a seleção de 10 municípios para iniciar as ações de urbanização e regularização fundiária com recursos do Programa Família Paranaense: Piraí do Sul, Imbituva, Wenceslau Brás, Reserva, Cantagalo, Prudentópolis, Laranjeiras do Sul, Rebouças, Turvo e Cruz Machado. O total de assentamentos precários do tipo *Favela* a serem beneficiados com recurso do BID é de 11.

Figura 01 – Centro Expandido do Estado do Paraná

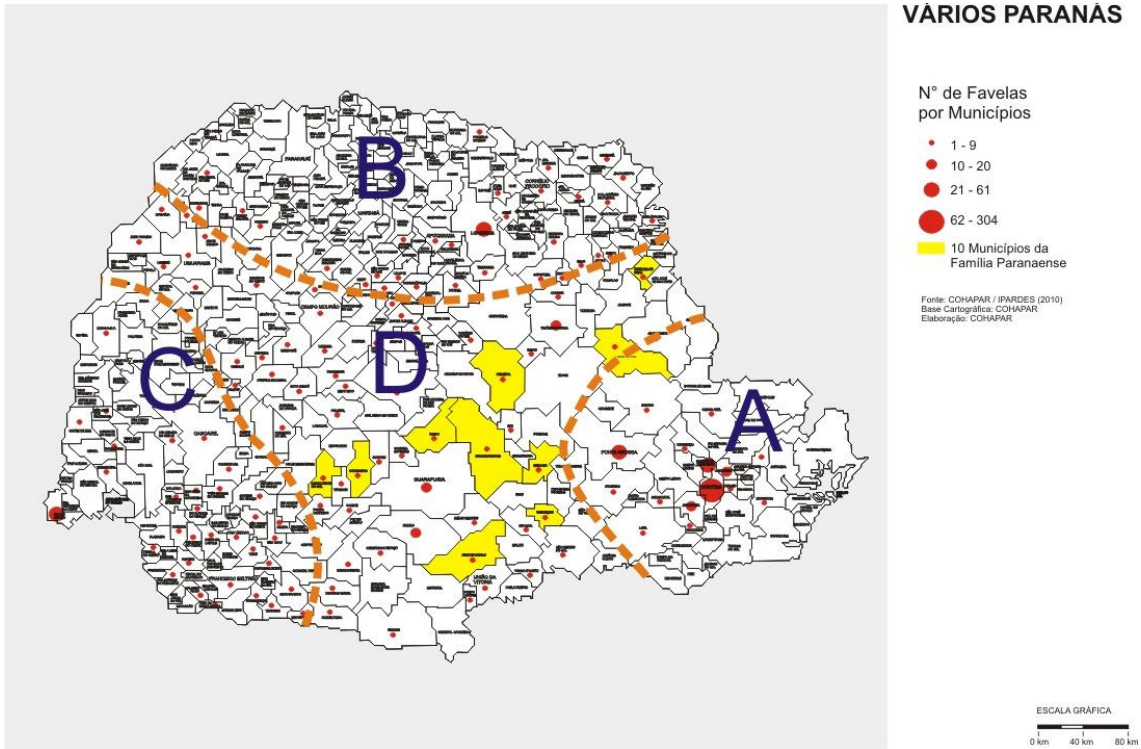
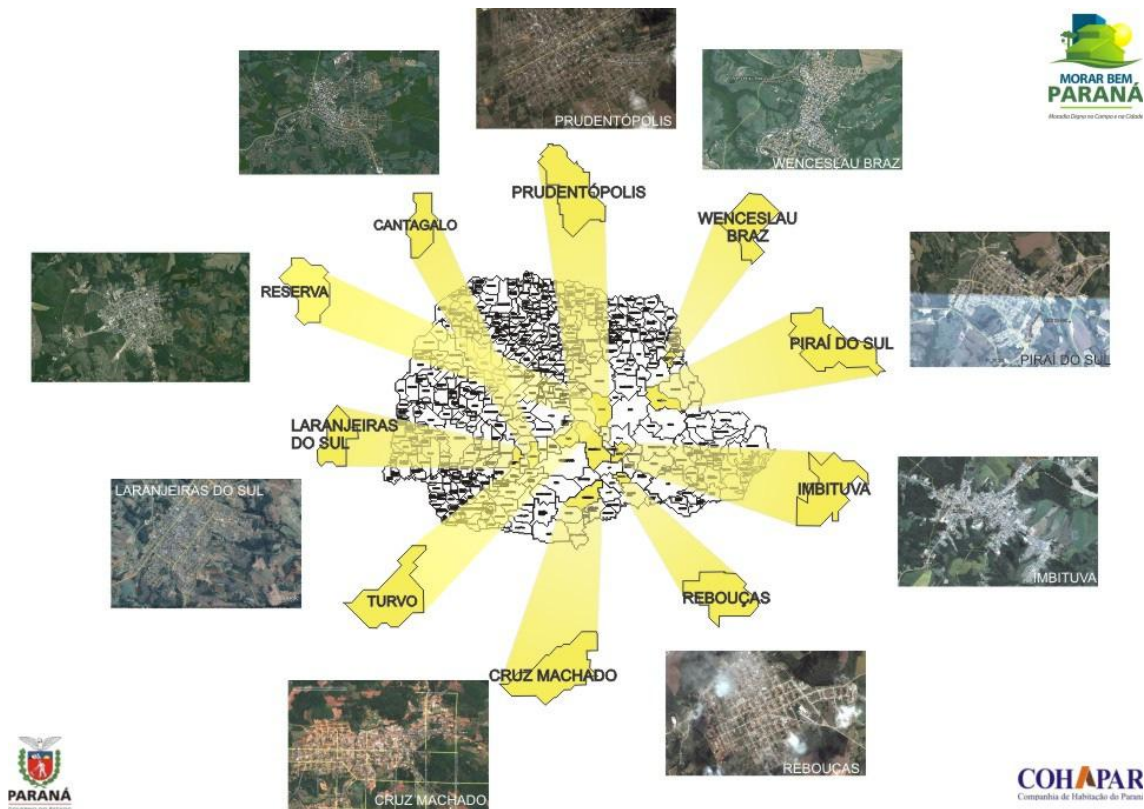


Figura 02 - 10 municípios selecionados para iniciar as ações de urbanização e regularização fundiária com recursos do Programa Família Paranaense.



## CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO POR MUNICÍPIO

Município	População (nº de hab. – IBGE 2010)	Densidade Demográfica (hab/km² - IBGE 2011)	População Residente na Zona Urbana (IBGE 2010)	População Economicamente Ativa (habitantes – IBGE 2010)	Área Territorial (Km² - ITGC)	PIB Per Capta Anual (R\$ - IBGE 2009)	IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano do Município – PNUD)
1. Pirai do Sul	23.424	17,46	16.102 (68,74%)	9.796	1.349,319	12.052	0,730
2. Imbituva	28.455	37,92	17.888 (62,86%)	13.680	758,479	7.694	0,727
3. Wenceslau Braz	19.298	49,02	15.509 (80,37%)	9.433	393,236	10.316	0,727
4. Reserva	25.172	15,46	12.206 (48,49%)	11.721	1.633,95	9.211	0,646
5. Cantagalo	12.952	22,22	8.509 (65,70%)	5.957	583,520	8.825	0,686
6. Laranjeiras do Sul	30.777	45,80	25.031 (81,33%)	15.451	673,313	9.159	0,753
7. Rebouças	14.176	29,49	7.505 (52,94%)	6.887	482,065	6.894	0,711
8. Turvo	13.811	14,82	5.048 (36,55%)	6.837	925,662	9.851	0,692
9. Prudentópolis	48.792	21,86	22.463 (46,04%)	28.892	2.242,466	8.087	0,733
10. Cruz Machado	18.040	12,23	6.057 (33,58%)	10.576	1.477,372	6.452	0,712

## CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Município	% de famílias com responsável familiar do sexo feminino	% de famílias monoparentais	Média de crianças e adolescentes por núcleo familiar	% de famílias com deficientes na composição familiar	% de famílias com pessoas idosas na composição familiar	% de famílias que recebem Bolsa Família
Pirai do sul	95%	25%	2,28	7,5%	7,5%	80%
Laranjeiras do sul	100%	35%	2,58	0,0%	0,0%	92,5%
Cruz Machado	97,5%	40%	2,7	22,5%	5%	75%
Prudentópolis	97,5%	42,5%	2,85	7,5	0,0 %	92,5 %
Reserva	100%	57%	1,25	13,32%	3,33%	79,92%
Rebouças	81,1%	58,59%	2,23	0,0 %	18,9%	77,49%
Wenceslau Braz	90,48%	35,7%	1,93	2,38%	14,28%	80,92%
Imbituva	88,57%	31,46%	3,37	2,86%	2,86%	100%
Cantagalo	100%	45%	2,8	15%	0,0	92,5%
Turvo	95%	50%	2,28	2,5 %	7,5%	75%

## I.2. CENÁRIO AMBIENTAL E SOCIAL NAS ÁREAS (FAVELAS) DE INTERVENÇÃO

Os quadros a seguir apresentam a síntese das condições socio-ambientais nas 11 favelas previstas para intervenção nos 10 municípios selecionados nesta fase do Programa.

FAVELAS	SANEPAR	COPEL	PAVIMENTAÇÃO	TRANSPORTE PÚBLICO	UNIDADES DE SAÚDE e ESCOLARES	TIPO DE MORADIAS	OBSERVAÇÕES
1. N. S. Aparecida <b>PIRAÍ DO SUL</b>	Não possui rede de esgoto, valetas a céu aberto	possui iluminação pública nas ruas e ocorre "gatos" para o interior das moradias	inexistente, acesso precário, presença de ruelas e grandes desníveis, acesso por escadarias de terra	Só Escolar	Não possui no local 02 unidades escolares	barracos com materiais reaproveitáveis - 1 ou 2 cômodos sem unidade sanitária	Presença da linha férrea
2. Arredores da Vila <b>ALIANÇA IMBITUVA</b>	Baixa qualidade da água, Não possui rede de esgoto, valetas a céu aberto	possui iluminação pública nas ruas e ocorre "gatos" para o interior das moradias	acesso precário, não existe arruamento definido e nem calçadas	Só Escolar	Não possui no local	barracos construídos com sucatas sem unidade sanitária	
3. Sem Teto <b>WENCESLAU BRÁS</b>	Não possui rede de esgoto, valetas a céu aberto	possui iluminação pública nas ruas e ocorre "gatos" para o interior das moradias	sem arruamento definido, acesso precário	Não foi detectado	Possui 02 unidades escolares 01 UBS	barracos construídos com sucatas sem unidade sanitária	
4. Parte do Bairro Saraiva <b>RESERVA</b>	Não possui rede de esgoto, valetas a céu aberto	possui iluminação pública nas ruas e ocorre "gatos" para o interior das moradias	sem arruamento definido, acesso precário	Não foi detectado	Construção de Creche e 04 unidades escolares	barracos construídos com sucatas sem unidade sanitária	
5. Chimin <b>CANTAGALO</b>	Não possui rede de esgoto, valetas a céu aberto A rede de água não é individualizada	possui iluminação pública nas ruas e ocorre "gatos" para o interior das moradias	sem arruamento definido, acesso precário	Não foi detectado	01 unidade de saúde e 01 unidade escolar	barracos sem unidade sanitária	Próximo ao aterro Sanitário
6. CAIC <b>LANJEIRAS DO SUL</b>	Não possui rede de esgoto, valetas a céu aberto	possui iluminação pública nas ruas e ocorre "gatos" para o interior das moradias	inexistente, acesso precário	possuem transporte público	01 UBS 01 unidade escolar	barracos com materiais reaproveitáveis - 1 ou 2 cômodos sem unidade sanitária	
7. Vila SANTANA <b>PRUDENTÓPOLIS</b>	Não possui rede de esgoto, valetas a céu aberto	possui iluminação pública nas ruas e ocorre "gatos" para o interior das moradias	acesso precário, não existe pavimentação	Só Escolar	02 unidades escolares e 01 PSF	barracos construídos com sucatas sem unidade sanitária	
8. Vila Santana e Vicentina <b>REBOUÇAS</b>	Não possui rede de esgoto,	possui iluminação pública nas ruas e ocorre "gatos" para o interior das moradias	sem arruamento definido, acesso precário	Município não possui transporte coletivo	Possui 03 unidades escolares 01 UBS	barracos	
9. Vila Jaime <b>TURVO</b>	Não possui rede de esgoto, valetas a céu aberto	possui iluminação pública nas ruas e ocorre "gatos" para o interior das moradias	sem arruamento definido, acesso precário	Município não possui transporte coletivo	Não possui	barracos sem unidade sanitária	
10. Parte do Bairro São José - <b>CRUZ MACHADO</b>	Não possui rede de esgoto,	possui iluminação pública nas ruas e ocorre "gatos" para o interior das moradias	sem arruamento definido, acesso precário	possuem transporte público	01 escola 01 creche não tem unidade de saúde		



O cenário ambiental e social nas áreas de favela:

- Famílias inseridas em APP;
- Remoção da cobertura vegetal;
- Aumento do processo erosivo;
- Assoreamento dos rios/córregos existentes;
- Extinção de algumas nascentes;
- Não identificação de animais nativos;
- Grande índice de animais domésticos;
- Lançamentos de esgoto doméstico diretamente nos rios/córregos;
- Falta de unidades sanitárias;
- Depósito de lixo em locais inapropriados e a céu aberto;
- Coloração da água dos rios escura;
- Possibilidade de risco de inundação e afogamento;
- Fumaça proveniente da queima de lenha para uso doméstico;
- Problemas vinculados ao sistema respiratório (Imbituva – Madeireiras);
- Inexistência de arruamentos acessíveis;
- Presença de catadores de lixo;
- Proximidade com aterro sanitário (Cantagalo – Chimin);
- Não possuem serviço de coleta de lixo;
- Áreas de banhado (Prudentópolis – Vila Santana);
- Presença de floresta de Araucária (Turvo – Vila Jaime);
- Grandes declividades (Cruz Machado – São José);
- Presença de solo rochoso (Cruz Machado – São José);
- Invasão do sistema viário (Cruz Machado – São José);
- Proximidade com linha férrea (Piraí do Sul – Vila N.S. Aparecida).

O Cronograma Geral abaixo é o previsto para as intervenções no Programa, podendo sofrer alterações eventuais.

CRONOGRAMA GERAL - PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE											
ITEM	Responsável	4 ANOS									
		2013		2014		2015		2016		2017	
		1. SEMESTRE	2. SEMESTRE	1. SEMESTRE	2. SEMESTRE	1. SEMESTRE	2. SEMESTRE	1. SEMESTRE	2. SEMESTRE	1. SEMESTRE	2. SEMESTRE
<b>1. Projetos Executivos-Melhoria de Bairros</b>	COHAPAR										
<b>1.1 Licitação de Projetos</b>											
1.2 Planejamento - Audiência Pública											
1.3 Diagnóstico Físico Ambiental											
1.4 Levantamento Fundiário											
1.5 Formação Base Cadastral											
1.6 Definição dos Procedimentos											
1.7 Coleta de Documentos Pessoais											
1.8 Definição de Projetos											
1.9 Medidas Judiciais											
1.10 Audiência Pública Final											
<b>2. Licitação das Obras</b>											
2.1 Termo de Referência											
2.2 Publicação											
2.3 Entrega dos Envelopes											
2.4 Abertura e análise das Propostas											
2.5 Julgamento e Classificação das Propostas											
2.6 Divulgação das empresas Vencedoras											
2.7 Análise dos Recursos											
2.8 Aceite da Garantia de Prestação de Serviços											
2.9 Elaboração do Contrato											
2.10 Assinatura dos Contratos											
<b>3. Obras</b>											
3.1 Serviços Preliminares - Montagem do Canteiro											
3.2 Terraplenagem											
3.3 Contêntes e Patamarizações											
3.4 Produção de unidades habitacionais											
3.5 Abastecimento de Água											
3.6 Esgotamento Sanitário											
3.7 Energia Elétrica - Iluminação											
3.8 Pavimentação e obras viárias											
3.9 Galerias de Águas Pluviais											
3.10 Trabalho Social											
3.11 Recuperação de APP											
<b>4. Monitoramento e Avaliação</b>	UGP - SEDS										



## ANEXO 2

### VISTAS AÉREAS DOS POLÍGONOS SELECIONADOS PARA OBRAS DE REGULARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO



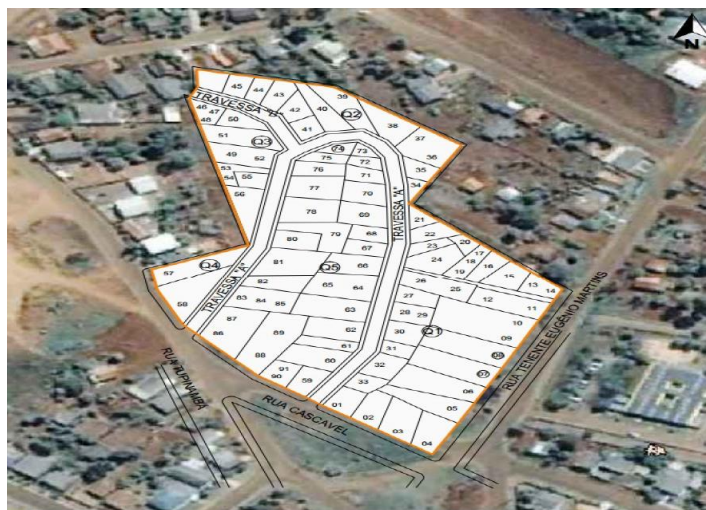
Município: Piraí do Sul  
Assentamento Nossa Senhora Aparecida



Município: Imbituva  
Assentamento Nova Aliança







Município: Laranjeiras do Sul  
Assentamento CAIC



Município: Rebouças  
Assentamento Vila Facão



Município: Rebouças  
Assentamento Vila Vicentina



Município: Turvo  
Assentamento Vila Jaime



Município: Cruz Machado  
Assentamento São José

### ANEXO 3

#### MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (AIA)

IMPACTOS	ocorrência	natureza	manifestação	importância	magnitude	persistência	reversibilidade	abrangência	mitigável
Implantação do canteiro de obras	Certa	NA	Direta	Média	Média	Temporário	Reversível	Local	Sim
Aumento nos índices de ruído e vibrações	Certa	Negativa	Direta	Média	Média	Temporário	Reversível	Local	Sim
Movimentação de máquinas de grande porte, materiais e equipamentos	Certa	Negativa	Direta	Média	Média	Temporário	Reversível	Local	Sim
Geração de emissões atmosféricas (sólidos e poeiras)	Certa	Negativa	Direta	Média	Média	Temporário	Reversível	Local	Sim
Preparação e limpeza do terreno	Certa	NA	Direta	Média	Média	Temporário	Reversível	Local	Sim
Retirada isolada da vegetação	Certa	Negativa	Direta	Média	Média	Temporário	Reversível	Local	Sim
Geração de tráfego de máquinas pesadas na área central	Certa	Negativa	Direta	Média	Média	Temporário	Reversível	Local	Sim
Realização de obras civis	Certa	NA	Direta	Média	Média	Temporário	Irreversível	Local	Sim
Desmobilização do canteiro de obras	Certa	Positiva	Direta	Média	Média	Temporário	Reversível	Local	Sim
Geração de resíduos da construção civil	Certa	Negativa	Direta	Baixa	Pequena	Temporário	Irreversível	Local	Sim